

**CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL
CTOS/CIF**

Ofício nº003/2021/CTOS-CIF

Belo Horizonte/MG, 19 de janeiro de 2021

URGENTE

A Sua Senhoria, o Senhor

André de Freitas

Diretor-Presidente da Fundação Renova

Endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 671, 4º andar, Bairro Funcionários

Belo Horizonte/MG

Assunto: Corte de 50% do AFE para atingidos que exerçam atividades econômicas de subsistência conforme “Plano de Transição” determinado pela 12ª Vara Federal Cível e Agrária da SJMG (PJE nº 1024354-89.2019.4.01.3800). Esclarecimento sobre a abrangência da execução da ordem judicial e impacto em outras atividades econômicas, em especial nas atividades econômicas de caráter informal e tradicional da Bacia do Rio Doce e pluriatividades.

Considerando ofício remetido a esta Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CT-OS) pela Assessoria Técnica Rosa Fortini (Ofício nº 02/2021);

Considerando que, conforme registro em ata, na 50ª Reunião Ordinária da CT-OS realizada no dia 15/01/2021 foram trazidos os relatos de pessoas atingidas feitos às Assessorias Técnicas Rosa Fortini e AEDAS e que serão remetidos a esta Câmara no prazo de 5 dias úteis antes da 51ª Reunião Ordinária da CTOS (Encaminhamento nº 50.01);

Considerando esclarecimentos e informações prestadas pela Fundação Renova, registrados na ata da 50ª Reunião Ordinária desta Câmara (item 1 da pauta);

Considerando que foram prolatadas decisões pela 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, numeradas pelas IDs 276019876 (12/07/2020) e 412329885 (18/01/2021), por meio das quais restou consignado que fosse restabelecido o pagamento em favor das categorias "pescadores de subsistência" e "agricultores de subsistência", observado o regime de transição fixado naquela decisão;

Conforme ata da 50ª Reunião Ordinária, esta Câmara Técnica foi informada de que beneficiários do auxílio financeiro emergencial (AFE) que não se enquadram nas atividades econômicas de subsistência (pesca e agricultura) estariam sofrendo redução indevida do AFE. Desta forma, comparece perante a Fundação Renova a fim de que seja esclarecida a abrangência da execução da mencionada decisão judicial, pelos fundamentos que passa a expor.

CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL CTOS/CIF

Cumpra desde logo destacar a competência desta Câmara para tratar dos programas da Fundação Renova, conforme Cláusulas 242, caput e §3º, 244, §12º e 245, III a V do TTAC, e consoante Regimento Único das Câmaras Técnicas do CIF art. 38. Ademais, trata-se de esclarecimento de informações relacionadas a pessoas não submetidas ao “Regime de Transição” estabelecido judicialmente e que, portanto, devem ser inscritas no fluxo normal de pagamento de AFE pela Fundação Renova, conforme Cláusulas 137 a 140 do TTAC.

Ainda a respeito da competência desta Câmara Técnica para o tratamento de temas relativos ao Programa de Auxílio Financeiro Emergencial - AFE, importam as considerações tecidas no Despacho nº 00242/2020/NMAF/SAP/PFMG/PGF/AGU de 28/07/2020 emitido pela IAJ/AGU - Instância de Assessoramento Jurídico /Advocacia Geral da União. Desde que não haja clara e manifestamente antagonismo ou conflito entre o exercício jurisdicional e contencioso administrativo, sem quaisquer impedimentos de natureza prévia e abstrata, cabe discussão pelo CIF e pelas Câmaras Técnicas.

O “Regime de Transição” estabelecido na decisão judicial proferida pela 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais determina que i) o AFE seja mantido às categorias “pesca de subsistência” e “agricultura de subsistência” na sua integralidade até dezembro de 2020, inclusive; ii) a partir de janeiro de 2021 o AFE deverá ser reduzido para 50% do valor pago, mantido até junho de 2021; iii) a partir de julho de 2021 o AFE deverá ser substituído pela compensação da perda da proteína (pescador de subsistência - “kit proteína”) ou perda da alimentação (agricultor de subsistência - “kit alimentação”) ambos mantidos até que a prova pericial produzida em juízo ateste o retorno das condições ambientais (12ª Vara Federal, ID 276019876 - 12/07/2020, p. 16). A decisão dos Embargos Declaratórios emitida aos 18/01/2021 prorroga o cronograma de implementação do “Regime de Transição” e estende a aplicação da etapa 2 (redução de 50%) do valor pago por todo o ano de 2021 e a etapa 3 (concessão do “kit”) passa a iniciar-se em 2022, em data a ser definida pelo juízo (p. 31).

Entretanto, conforme informado pelo Ofício nº 02/2021 emitido pela Assessoria Técnica Rosa Fortini (Assessoria Técnica Independente dos municípios mineiros de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó, comunidade rural de Ponte Nova), **algumas categorias informais e tradicionais - como faiscadores, produtores rurais de médio e grande porte, etc. estão sendo enquadradas de forma equivocada pela Fundação Renova como categorias de subsistência para execução do plano proposto pela decisão judicial.** Esta hipótese foi objeto da decisão (ID 412329885 – 18/01/2021) que considerou indevida a suspensão unilateral, parcial ou integral, para essas categorias. Segundo esta decisão, o juiz reafirma que as “categorias artesanais (pesca e agricultura) são distintas, quer sob o ponto de vista fático, quer sob o ponto de vista jurídico, das categorias de subsistência” (p. 15), [...] “Não se confundem e não se equivalem, como corretamente afirmam os embargantes” (p.

CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL CTOS/CIF

20). E, portanto, “A Fundação Renova NÃO esteve e NÃO está autorizada, nos termos da DECISÃO ID 276019876, a realizar qualquer cancelamento de AFE das categorias artesanais (ou de fato, ou informais), a exemplo dos pescadores e agricultores artesanais” (p. 20).

Ademais, **não há clareza quanto aos procedimentos adotados no sentido de prestação das devidas informações às pessoas atingidas, nem a respeito da análise individualizada das situações que se enquadram no regime de transição.** Consoante o que foi registrado na ata da 50ª Reunião Ordinária, foi relatada a impossibilidade de acesso por pessoas atingidas à rede de telefone e internet, o que, somado ao fechamento das sedes físicas da FR, inviabiliza a apresentação de reclamação ou abertura de chamada junto à Ouvidoria. Tal situação dificulta a obtenção de informações e resolução das demandas junto aos canais de relacionamento e Ouvidoria da Fundação Renova, prejudicando, assim, o direito das pessoas atingidas ao devido processo legal, além de corroborar com a urgência da presente demanda.

Por parte da Fundação Renova foi dito que a decisão judicial é pública e, portanto, que não caberia à Fundação Renova informar previamente às pessoas acerca da implementação do regime de transição derivado do cumprimento da decisão judicial. Restou assim verificado que não houve comunicação prévia da Fundação Renova às pessoas que, em seu entender, estariam abrangidas pelo decidido em juízo, dificultando o acompanhamento da regularidade das reduções de AFE promovidas pela FR. Tal alegação contraria a decisão judicial proferida pela 12ª Vara Federal (ID 412329885 – 18/01/2021) quanto à necessidade de observação de critérios do devido processo legal em todos os procedimentos adotados pela Fundação Renova perante as pessoas atingidas, oportunizando o contraditório prévio e a ampla defesa, seguida de decisão individualizada e fundamentada, especificando minuciosamente os motivos que levaram à decisão (p. 24).

Tais fatos ensejaram a determinação pela CT-OS do Encaminhamento nº 50.02, por meio do qual solicita que sejam respondidos os seguintes encaminhamentos, no prazo máximo de **10 dias úteis**:

- 1) Quais são os critérios utilizados pela Fundação Renova para operacionalização do Regime de Transição aos AFE subsistência na Bacia, cf. solicitação da ATI Rosa Fortini (Ofício nº 02/2021), bem como o escopo detalhado das categorias alcançadas pelo corte e/ou redução do AFE (descrição da atividade econômica, modo de vida ou outra classificação);
- 2) Quais as medidas adotadas pela Fundação Renova para informar, em tempo hábil, as pessoas atingidas submetidas ao Regime de Transição sobre os respectivos cortes e quanto o conteúdo da notificação ou comunicação encaminhada a esse respeito;

**CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL
CTOS/CIF**

- 3) Em relação às manifestações individuais junto à Ouvidoria sobre AFEs cancelados de forma indevida, quantas reclamações foram apresentadas à FR com este escopo? Quais ações de sistematização e emissão de resposta foram tomadas pela FR? Foram disponibilizados canais presenciais nos territórios para acolhimento de demandas de atingidos que não possuem acesso à rede telefônica e de internet?
- 4) Que se apresente:
- a) Quantitativo de AFEs inseridos no “Plano de Transição” conforme categoria profissional (pesca, agricultura) e município do atingido, e a elaboração de listagem que contenha o “id_SGC” (código identificador) deste rol de atingidos;
 - b) Quantitativo de manifestações individuais e coletivas (no caso de Assessorias Técnicas, Comissões ou Associações) trazidas a conhecimento da Fundação Renova a respeito de casos de corte de 50% indevido com o quantitativo das respostas oferecidas e indicação da data da manifestação e data da resposta, e a elaboração de listagem que contenha o “idManifestacao” (código identificador) destas manifestações;
 - c) Conteúdo dos pareceres individuais e das cartas expedidas aos atingidos com a comunicação da decisão, caso enviadas;
 - d) Estudos e detalhamentos técnicos e normativos que embasaram a definição das categorias profissionais e/ou sociais alcançadas pela medida de corte e/ou redução do AFE e a configuração da atividade de subsistência pela Fundação Renova, com relação à pesca e à agricultura alcançados pela decisão judicial.

Atenciosamente,

JADIR DE ASSIS
Coordenador Suplente da
Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial - CTOS